

## Nas tramas do crédito: patrimônio e ramos de atuação dos homens de negócio no Sul sergipano (1800-1849)

Fernanda Carolina Pereira dos Santos

Universidade Federal Fluminense  
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 29 mar. 2024

Aprovado em: 27 maio 2024

Publicado em: 04 out. 2024.

### Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a atuação dos homens de negócio do sul de Sergipe. Para isso, foram analisados 419 inventários *post mortem* abertos em Estância entre 1800 e 1849. As mais de três mil dívidas listadas foram minuciosamente examinadas para identificar os perfis dos devedores e credores, além do volume financeiro envolvido nas transações. Por último, foram delineadas as principais características patrimoniais e a extensão das atividades comerciais por meio de uma comparação entre os negociantes de Salvador e os de Estância. O perfil dos negociantes revelou a formação de dois campos comerciais distintos, mas interligados. Nesse contexto, os comerciantes de Estância desempenhavam um papel fundamental tanto na intermediação comercial quanto no abastecimento do sul de Sergipe e das áreas adjacentes da Bahia.

**Palavras-chave:** Crédito. Homens de Negócios. Sergipe.

Este artigo é parte da dissertação intitulada "*Poderosos Capitalistas*": *práticas creditícias, dinâmicas internas e relações sociais no sul sergipano (1800-1849)*, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, em 2022.

Agradecimentos: à CAPES, pela bolsa de mestrado concedida para desenvolvimento desta pesquisa; à Carlos de Oliveira Malaquias, pela orientação do trabalho; a Edna Maria Matos Antônio e Carlos Gabriel Guimarães, pela leitura do material no exame de qualificação e defesa; e aos pareceristas anônimos pelos comentários e sugestões.

\* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CNPq. E-mail: fernandacarolina@id.uff.br

 <https://orcid.org/0000-0003-0053-8524>

 <http://lattes.cnpq.br/6996295588080302>

## In the threads of credit: patrimony and areas of activity of merchants in southern Sergipe (Brazil, 1800-1849)

**Fernanda Carolina Pereira dos Santos**

Fluminense Federal University  
Niteroi, Rio de Janeiro, Brazil

**Received:** 29<sup>th</sup> March 2024

**Approved:** 27<sup>th</sup> May 2024

**Published:** 04<sup>th</sup> Oct. 2024

### Abstract

The objective of this study is to analyze the performance of merchants from southern Sergipe, Brazil. To accomplish this, we examined 419 probate records opened in Estância between 1800 and 1849. The extensive list of over three thousand debts was thoroughly scrutinized to identify the profiles of debtors and creditors, as well as the financial magnitude of the transactions. Additionally, by comparing merchants from Salvador with those from Estância, we delineated the primary patrimonial traits and the scope of commercial activities. The profile of the traders revealed the formation of two distinct yet interconnected commercial fields. In this context, the merchants of Estância played a fundamental role in both commercial intermediation and the supply of southern Sergipe and adjacent areas of Bahia.

**Keywords:** Crédito. Merchants. Sergipe.

This article is part of the Master Dissertation "*Poderosos Capitalistas": práticas creditícias, dinâmicas internas e relações sociais no Sul sergipano (1800-1849)*", presented in the Postgraduation Program in History at the Federal University of Sergipe, in 2022.

Acknowledgements: to CAPES (Brazil), for the Master's scholarship granted to develop this research; to Carlos de Oliveira Malaquias, for guiding the work; to Edna Maria Matos Antônio and Carlos Gabriel Guimarães, for reading the material in the Qualification exam and Defense; to the anonymous reviewers for their comments and suggestions.

\* PhD candidate in History at the Fluminense Federal University; MA and BA in History from the Federal University of Sergipe. Email: fernandacarolina@id.uff.br

 <https://orcid.org/0000-0003-0053-8524>

 <http://lattes.cnpq.br/6996295588080302>

## Introdução

Por ventura as fazendas remetidas da Bahia para negociantes do sertão não veem a ser entregue a um negociante nesta cidade [de Estância], para tomar conta e entregar, como foram estas e outras mais? Vejam os imensos despachos de fazendas em nome de [Cândido Vieira Dantas] Dortas, a lhe serem entregues para receber neste porto todas as fazendas remetidas da Bahia para Lagarto e Simão Dias. Os de [Manoel Joaquim da Silva] Heitor, os de [José da Costa] Lisboa Junior e de outros negociantes que recebem as fazendas a entregar, com o que recebe o réu [Capitão Bernardino Antônio de Amaral e Azevedo] para Campos, Itapicuru e outros lugares (AGJSE. Comarca de Estância. *Ação de Crédito*, n. 640, pacote II, doc. 06).

No dia 5 de março de 1855, Bernardino Antônio de Amaral e Azevedo, negociante e morador na cidade de Estância, Província de Sergipe, foi réu em uma querela que deu origem a um longo e tumultuado processo judicial. O autor da ação, Antônio Gomes dos Santos e *Cia.*, negociantes da Cidade de Salvador, Província da Bahia, cobravam em juízo uma dívida do negociante estanciano. A quantia devida era proveniente da compra de uma porção de tecidos e outros itens para o abastecimento de sua loja.

O processo e, especialmente, a epígrafe tirada deste, ajudam a entender a organização de uma rede de abastecimento complexa que era manejada em torno do porto atlântico de Salvador e do porto continental de Estância. Essa teia comercial envolvia um conjunto diversificado de comerciantes e era operada, principalmente, por meio do crédito, através de um conjunto de contas correntes, letras e compras fiadas. Era por intermédio dessas promessas de pagamento, que os vários comerciantes vendiam seus produtos para a população que morava nas vizinhanças de suas lojas ou que a elas se dirigiam para adquirir todo o sortimento de mercadorias necessárias no seu cotidiano.

O processo, já esmiuçado com mais vagar em trabalho anterior (Santos, 2022), merece mais uma vez nossa atenção por destacar uma característica importante da estruturação comercial que girava em torno da vila portuária de Estância. Nota-se que os negociantes de Estância eram responsáveis por receber as mercadorias remetidas de Salvador e as distribuíam por todo o território da mata sul e sertão médio sergipano, além de localidades baianas próximas. Um conjunto de fontes abundantes nos arquivos sergipanos ajudam a reconstruir a trama do crédito: o balancete das dívidas registradas nos inventários pós morte e as ações de crédito, seja dimensionando a abrangência das relações econômicas ou resgatando as negociações em curso. Para este trabalho, nos centraremos apenas na primeira dimensão.

A relação econômica entre Sergipe e Bahia exposta acima, vista de forma parcial por meio das dívidas inventariadas dos senhores de engenho, influenciou Maria da Glória Santana

de Almeida (1984) a formular a noção de dependência econômica sergipana. Juntou-se a tal entendimento outras noções, tais como escassez monetária, ausência de instituições bancárias e subsidiário mercado interno, que eram consideradas características da economia colonial e ajudaram a historiografia sergipana a caracterizar sua economia. Um conjunto de pesquisas revisitaram essas questões ao longo de mais de quarenta anos. As ausências e limitações deram lugar a questionamentos que passaram a considerar as dinâmicas econômicas internas e suas especificidades (Cf. Santos, 2023).

Levando tal debate em consideração, esta pesquisa elegeu três conceitos – economia de abastecimento, porto continental e rede inter-regional – como ponto de partida para a compreensão do espaço de atuação dos homens de negócio do sul sergipano. Em seguida, foram examinados 419 inventários *post mortem* abertos em Estância entre 1800 a 1849. As mais de três mil dívidas inventariadas foram perscrutadas, levantando o perfil dos devedores e emprestadores, bem como o montante envolvidos nas transações. Por fim, por meio de uma comparação entre os negociantes baianos e os negociantes estancianos, foram traçadas as principais características patrimoniais e a abrangência dos ramos de negócio.

## Portos, redes e homens de negócio

Marco Volpini Micheli e Thiago Dias (2020) formularam os conceitos de porto continental e porto marítimo. Os portos de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Luís foram classificados como atlânticos e, portanto, um “ponto de conexão com os demais portos continentais da América Portuguesa” (p. 30). Nestas localidades, as excelentes estruturas portuárias para navios de grande porte proporcionavam rotas de navegação regular com o comércio externo. Os portos continentais, por sua vez, eram formados por pequenos ancoradouros de onde partiam e chegavam embarcações de pequeno e médio porte, contemplavam uma área de carga e descarga fluvial de proporções modestas, pautada pela navegação de cabotagem, em que se escoava a produção agrária das localidades circunvizinhas em direção aos portos atlânticos e se recepcionava um conjunto de bens de luxo, como tecidos e joias. Tal função era garantida pela profundidade das suas barras e pela ausência de instituições regulamentadoras do comércio externo, como alfândegas e mesa de inspeção. Os conceitos propostos pelos autores forneceram uma opção para pensarmos os diferentes espaços econômicos (Cf. Assadourian, 1982), sem a necessária inferiorização espacial de outras propostas, observando as suas diferenças, mas chamando atenção para a complementariedade das regiões e dos negócios.

Esse debate pode ser visto, por exemplo, no trabalho de Siméia Nazaré Lopes (2013). A autora, estudando as relações mercantis dos comerciantes do Pará entre 1790 a 1830, observou, por meio de escrituras de obrigação de dívidas, que o comércio de distribuição pelos sertões era um negócio atrativo e que possibilitava rendimentos, embora nem todos que se lançavam nesse objetivo alcançassem os resultados esperados. Examinando a extensão dos

negócios, a autora observou que, ao estender suas relações comerciais para os sertões da capitania, os negociantes de Belém garantiam sua participação nesse comércio, integrando diferentes espaços produtivos. Por outro lado, para os negociantes dos sertões, essas relações com Belém eram a garantia que as mercadorias arrecadadas seriam vendidas e um rendimento seguro, de médio prazo. Segundo Lopes, essa característica permitiu indicar a existência de uma escala entre os negociantes que agiam no interior e na cidade e dessa relação o seu desdobramento entre os negociantes de Belém e de Lisboa.

Essa escala dos negócios pode ser melhor compreendida no trabalho de Fabrício Prado (2009). O autor, analisando uma localidade periférica do sistema mercantil espanhol, a região do Rio da Prata, observou a fragilidade das fronteiras imperiais na configuração das dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Prado destacou a importância das redes de comércio, família, religião, informação e amizade por meio do seu impacto profundo para a construção das comunidades locais. Para isso, apropriou-se do conceito de redes transimperiais, definido enquanto associações que contavam com agentes em duas ou mais políticas imperiais diferentes, caracterizada pela sobreposição de diferentes tipos de redes que se dividiam em duas dimensões: intra-imperiais e extra imperiais. Os agentes intra-imperiais possuíam conexões e atividades dentro de um determinado império e não eram responsáveis por conexões, nem agências além de suas fronteiras políticas. Redes e agentes extra imperiais caracterizaram-se, por sua vez, pelos ramos de redes que se articulavam com um império estrangeiro ou lidavam com súditos estrangeiros. Ainda destacou a importância da zona de interação, áreas localizadas em cidades portuárias ou regiões fronteiriças em que havia a articulação entre os dois tipos de redes.

A partir desse cenário de reflexões, é observado que as relações econômicas, sociais e políticas organizavam um espaço relacional muito maior do que as fronteiras das capitanias/províncias. A interação econômica vista a nível interprovincial, também era gestada a partir do manejo dos diversificados espaços produtivos e do papel desempenhado por cada localidade nesse sistema mais amplo. O porto atlântico de Salvador é observado como uma zona de interação. Avante Pereira Sousa (2012) já havia demonstrado o papel de metrópole regional de vários espaços econômicos desempenhado por essa praça, como um importante polo receptor e distribuidor de produtos diversos, quer oriundos da capitania, quer oriundos de outras regiões do império ultramarino. Os portos continentais sergipanos, por sua vez, operariam a rede do tipo intra-imperial, ou, se adequando melhor a sua realidade econômica, uma rede inter-regional.

Os homens de negócio eram os grandes responsáveis pelas operações de distribuição e pela conexão das redes de negócios. Pedreira (1996) já havia apontado que os homens de negócios eram caracterizados por uma pronunciada estratificação interna observada por meio da hierarquia das fortunas e da escala de operações. Nesse sentido, trataremos nas próximas páginas de comerciantes que atuavam em uma economia de abastecimento, a partir de um porto continental sergipano, realizando a interligação entre praças comerciais.

## Crédito e o porto continental de Estância

O crédito, uma transação econômica que envolvia uma negociação entre no mínimo duas pessoas e uma promessa de pagamento, foi um aspecto central nessa rede de abastecimento. Além de ser utilizado pelos negociantes sergipanos para adquirir os produtos – fazendas de algodão e linho, tecidos de seda e lã, ferragens, pólvoras, demais miudezas e alguns escravizados, – com seus fornecedores, por meio das contas correntes, também era por meio dele, especialmente do fiado escriturado em contas de caderneta, que os lojistas comercializavam os gêneros – os recebidos do porto atlântico de Salvador e os produzidos em Sergipe – para a população sergipana e para os moradores das localidades limítrofes. Ao vender fiado, os negociantes também se transformavam em credores, mesma posição ocupada pelos seus fornecedores, estruturando-se assim todo um emaranhado, costurado pelas relações creditícias, que movimentavam a economia sergipana.

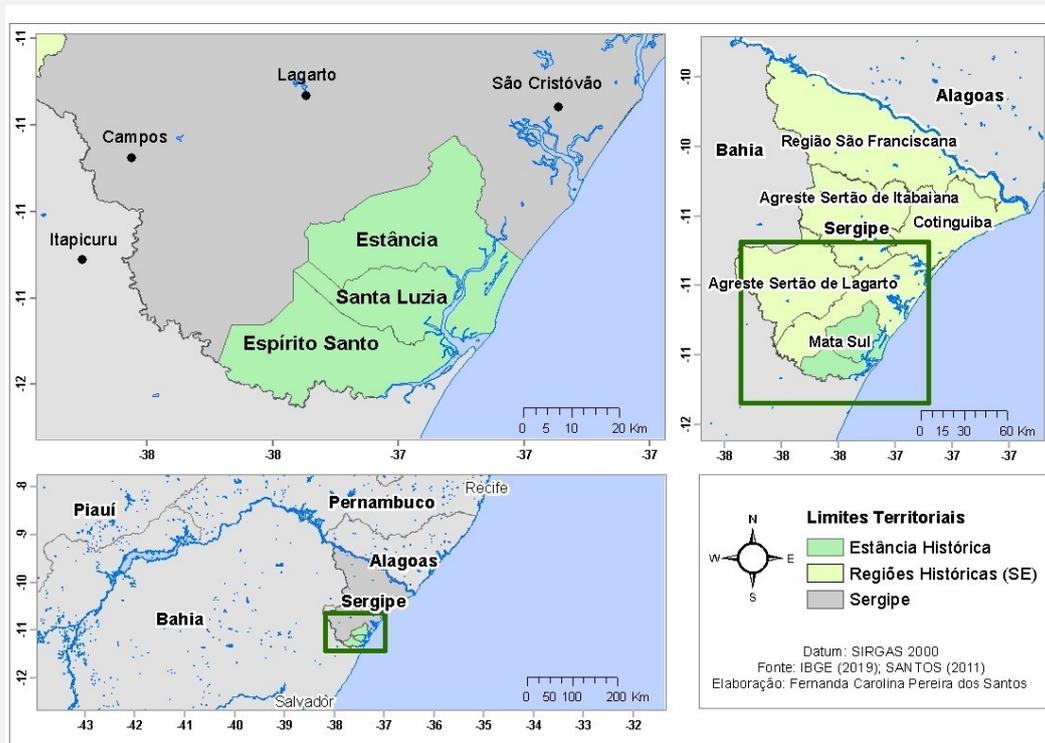
Ao falar de crédito, portanto, nos referimos às contas correntes, ficas, letras e o fiado escriturado nas cadernetas, com prazos, prêmios e formas de pagamentos definidos no acordo celebrado entre as partes envolvidas. As dívidas são entendidas, portanto, como lentes centrais para a compreensão da estruturação do espaço econômico, na medida em que permitem observar a intersecção da estrutura portuária, demandas externas, interesses internos, dinâmica espacial e relações sociais. De naturezas muito variadas, faziam alusão a dinheiro, mantimentos ou qualquer outra coisa que se devia, sendo classificadas em ativas e passivas: as primeiras diziam respeito às transações ou quantias que se tinha a receber, enquanto as segundas referiam-se ao que se tinha a pagar (Cf. Bluteau, 1712). Portanto, compreender as práticas creditícias e o seu funcionamento é de suma importância para revelar as dinâmicas internas sergipanas. Nessa perspectiva, ao focalizarmos no crédito mira-se em um tema muito mais amplo, nas redes de abastecimento que envolvem um complexo sistema econômico e a relação entre o porto atlântico de Salvador e os portos continentais sergipanos.

A Estância histórica<sup>1</sup> da primeira metade do século XIX foi escolhida como ponto de observação deste estudo (ver Figura 1). Neste período, Estância passou de uma povoação no termo da vila de Santa Luzia a um termo emancipado. Sua área era composta pelos atuais municípios de Indiaroba – antiga Vila do Espírito Santo –, Santa Luzia do Itanhy, Estância, Cristinápolis – antigo Distrito da Chapada –, Umbaúba, Itabaianinha, Tomar do Geru, Arauá e Boquim. A área figurava junto a Laranjeiras (na região da Cotinguiba), Vila Nova (na região São Franciscana) e a Cidade de São Cristóvão (na região Mata Sul), como os portos continentais sergipanos.

---

1 No título deste trabalho, a substituição de Estância por Sul Sergipano ressalta a configuração espacial do local estudado na primeira metade do século XIX. Apesar dos desmembramentos territoriais, tivemos a preocupação de manter, em todo recorte, a mesma área. Logo, ao falar em Sul Sergipano, fala-se da Estância Histórica, que é mencionada no texto também apenas como Estância.

**Figura 1** – Localização do sul sergipano (1800-49)



**Fonte:** IBGE (2019); Santos (2022). Elaboração nossa, 2022.

Estância, nas duas primeiras décadas do século XIX, constitui-se como a região mais dinâmica de Sergipe devido às constantes relações com a Bahia, graças à sua posição estratégica, no extremo sul de Sergipe, e por registrar a maior proporção de escravizados da capitania/província – na década de 1820 (Cf. Mott, 1986). Localizada na região Mata Sul, destacava-se como centro comercial e urbano de grande expressão, atraindo os negócios do mercado de alimentos e de açúcar das regiões circunvizinhas (Cf. Santos, 2022; Silva, 2005). A excelente rede hidrográfica que cortava seu território e os circuitos comerciais terrestres estendiam a área de influência estanciana até Lagarto, Itabaianinha, Simão Dias, e Espírito Santo, sendo o porto de Estância responsável pelo escoamento de parte considerável dos produtos agrários da porção sul de Sergipe. A sua importância para a compreensão do crescimento econômico de Sergipe e a presença de farta documentação sobre as relações creditícias a tornou um excelente ponto de observação para esta pesquisa.

As dívidas escrituradas nos inventários estancianos permitiram observar alguns aspectos da concessão creditícia. Como toda fonte, a janela que se abre para observar a dinâmica do passado é limitada; devido à pequena parcela da população que abria inventário, “o registro dessas transações é muito menor do que seu alcance” (Cf. Malaquias, 2014). O seu ponto alto foi observar as dívidas em quantidades significativas que permitiam, com o uso da

quantificação, identificar tendências gerais do seu comportamento e o peso do endividamento no patrimônio inventariado (Cf. Almico, 2011). Outra importante característica foi representar de forma mais fidedigna todos os grupos sociais, característica que, por exemplo, os registros notariais não tinham (Cf. Souza, 2015; Santos, 2005). Utilizando inventários, abriu-se a possibilidade, portanto, de observar como os recursos eram utilizados nas diferentes faixas de patrimônio e como, a partir de sua disseminação, eram formadas teias de crédito que ligavam diferentes sujeitos no espaço econômico (Cf. Marcondes, 1998; Oliveira, 2005; Malaquias, 2014; Gil, 2015).

Entre 1800 e 1849, dos 419 inventários abertos, compulsados e analisados de Estância, um pouco mais da metade (n=218) possuíam algum tipo de dívida, seja ela ativa ou passiva (Tabela 1). De forma específica, 89 inventários (21,24%) registraram apenas dívidas ativas, 44 (10,50%) apenas passivas e 85 (20,29%) trouxeram, simultaneamente, os dois tipos.

**Tabela 1** – Número de inventários com dívidas ativas e ou passivas

	Dívidas ativas		Dívidas Passivas	
	n.º	%	n.º	%
0	44	20,18	89	40,83
1 a 2	70	32,11	51	23,39
3 a 5	40	18,35	28	12,84
6 a 10	21	9,63	29	13,30
11 a 20	14	6,42	18	8,26
21 a 50	14	6,42	3	1,38
51 a 100	10	4,59	-	-
101 e +	5	2,29	-	-
Total	218	100,00	218	100,00

**Fonte:** AGJSE. *Inventários Post-Mortem* (1800-1849).

A maior parte dos credores e devedores listavam entre 1 e 5 registros de dívidas. Um pequeno número de sujeitos foi responsável pela maior parte das operações de crédito. O inventário do Capitão Manoel Ferreira da Silva Vieira, por exemplo, arrolou 445 dívidas ativas a pessoas diferentes (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Manoel Ferreira da Silva Vieira*, 1847, n. 523, doc. 01). Escravizados, trabalhadores livres – marceneiros, sapateiros, mestres de açúcar –, lavradores, outros comerciantes e senhores de engenho foram arrolados como seus devedores. O crédito estanciano estava, portanto, disseminado e capilarizado pelos mais diferentes grupos sociais.

Ao total foram arroladas 3.631 dívidas: 2.912 ativas e 719 passivas (Tabela 2). Uma característica que ficou evidente é a predominância de dívidas de pequenos valores. 81,01% dos registros ativos e 58,83% dos passivos se concentravam nas quatro primeiras faixas de valor, ou seja, em transações de até 50\$000. Grandes quantias (F7 e F8) correspondiam apenas a 2,37% das operações a receber e 4,31% das dívidas a pagar, enquanto que as de médio montante (F5 e F6) tinham uma participação de 16,62% e 36,86%, respectivamente.

**Tabela 2** – Distribuição do número de dívidas ativas e passivas inventariadas por faixa de valor

	Faixas de Valor	Dívidas ativas		Dívidas Passivas	
		n.º	%	n.º	%
P	Até 1\$000 (F1)	224	7,69	46	6,40
	1\$001 a 10\$000 (F2)	1370	47,05	238	33,10
	10\$001 a 30\$000 (F3)	567	19,47	139	19,33
	30\$001 a 50\$000 (F4)	198	6,80	64	8,90
M	50\$001 a 100\$000 (F5)	217	7,45	74	10,29
	100\$001 a 500\$000 (F6)	235	8,07	109	15,16
G	500\$001 a 1:000\$000 (F7)	33	1,13	24	3,34
	1:000\$001 ou mais (F8)	36	1,24	7	0,97
	Total	2880	98,90	701	97,50
	Valor não informado	32	1,10	18	2,50
	Soma Geral	2912	100,00	719	100,00

**Fonte:** AGJSE. *Inventários Post-Mortem (1800-1849)*. Os casos sem discriminação de valor (“valor não informado”) referem-se a transações que não se encontravam completamente liquidadas ou que estipulavam o recebimento de mercadorias específicas.

Carlos de Oliveira Malaquias (2014), estudando as dívidas inventariadas na região do Rio das Mortes, em Minas Gerais, também observou uma grande proporção de registros de pequenos valores. Segundo o autor, as dívidas numerosas e de pequeno vulto são “um importante instrumento para a circulação econômica e um índice de extensão das relações de mercado no interior da economia escravista”. Nesse sentido, a constituição de uma abrangente rede de endividamentos demonstra a importância do crédito como um recurso eficiente para a alocação de recursos, geração de investimentos e crescimento em economias com formas limitadas de financiamento formal. Logo, os dados apresentados, longe de demonstrarem a insignificância do crédito, demonstram a sua importância. As dívidas eram acionadas para boa parte das necessidades cotidianas dos estancianos, conforme Tabela 3, figurando lugar de destaque nas movimentações econômicas.

**Tabela 3** – Distribuição do número de dívidas ativas e passivas inventariadas por faixa de valor

		<50\$000	50\$001 a 500\$000	mais de 500\$001	Total	%
a	compras	531	55	1	587	57,89
b	crédito	193	65	10	268	34,09
	obrigação	15	11	2	28	
	fica	18	8	1	27	
	empréstimo	9	9	0	18	
	letra	0	3	2	5	
c	despesas	29	16	3	48	4,73
e	outros	16	5	4	25	2,47
f	aluguel	3	5	0	8	0,79
	Total	814	177	23	1014	100,00

**Fonte:** AGJSE. *Inventários Post-Mortem* (1800-1849).

As motivações para contratação das dívidas (ver Tabela 3) foram listadas em apenas 28,34% dos registros. A variedade encontrada foi agrupada em categorias gerais e ao final reunidas em grupos para facilitar a visualização. Conta de loja, compras de fazendas secas e molhadas, gêneros alimentícios, escravizados, animais, itens agrários, bens de raiz e joias movimentaram um pouco mais da metade dos registros, 57,8%.

O termo “crédito” foi amplamente utilizado (24,43%) para fornecer uma explicação genérica para as dívidas arroladas, sendo empregado em uma variedade de transações. Seja na dívida contraída há dois anos, no valor de 112\$460, por Francisco Xavier de Vasconcelos no comércio de José Gomes Pinto (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de José Gomes Pinto*, 1839, n. 510, doc. 12), ou os 10\$000 que Domingos da Costa contraiu com Bernardo José da Silva precisando empenhar um cordão de ouro (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Bernardo José da Silva*, 1804, n. 484, doc. 07), ou ainda nos 12\$000 contraídos por Raimundo José Freire a Rosa Maria da Assunção, dívida que estava quase falida por ocasião do inventário (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Rosa Maria da Assunção* 1806, n.485, doc. 09).

O *empréstimo* foi empregado apenas nas situações em que foi necessário a presença de moeda física (1,78%). Dona Antônia de Vera Cruz Braque, por exemplo, recorreu a Dona

Antônia Maria da Encarnação, mãe do seu finado marido, para conseguir a quantia de 280\$000 que foi usada para finalizar o arranjo do seu segundo consórcio (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de José Fernandes de Souza*, 1825, n.495, doc.11). João Martins recorreu a Florência Francisca para conseguir 10\$000 para comprar farinha (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Florência Francisca*, inventariante, 1806, n.485, doc.04), numa operação em que, mais do que um possível descrédito na praça, revelar uma diferença no valor entre compras à vista e a prazo.

O grupo b, responsável por 34,09% dos registros, além dos *créditos e empréstimos*, também agrupou as *obrigações, ficas e letras*, referências ao tipo de acordo celebrado e a sua forma de escrituração. Alguns exemplos ajudam a compreendê-los. Em 1839, Manoel Gomes de Souza cobrou judicialmente a Manoel Rodrigues, morador no sítio Rio Fundo, 86 arrobas de açúcar branco. De acordo com o autor do processo, em abril de 1838, ele teria encaixado e posto no porto de embarque a quantidade de açúcar relatada, com a promessa de que receberia a mesma quantidade de açúcar, em abril do mesmo ano. No registro da escrituração da dívida, ainda havia menção ao prêmio de 4% ao mês em caso de falta de pagamento (AGJSE. Comarca de Estância. *Assigação de Dez Dias*, n. 441, doc. 07). Em 1841, o negociante estanciano José Antônio da Fonseca Galvão, por ocasião de sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro, cobrava judicialmente ao senhor de engenho Antônio Martins da Fonseca o fica passado em junho de 1840, referentes às 78 arrobas de açúcar branco que encaixou e colocou no porto desta Vila, em nome do seu devedor (AGJSE. Comarca de Estância. *Assigação de Dez Dias*, n. 441, doc. 12). A dívida foi quitada em janeiro de 1841, e na sua falta o devedor deveria pagar 2\$000 reis em cada arroba. A maior parte dos ficas registrados, relacionavam o ciclo agrícola e a necessidade de despachar no porto, especialmente, o açúcar.

Por sua vez, *obrigação*, apesar de também ser empregada em operações de adiantamento da produção, foram recorrentes em uma acepção mais geral, ligada à obrigação de pagamento. Por exemplo, no registro escritural da obrigação cobrada a João José Coelho, pela compra de fazendas secas, o devedor pontuou que “para satisfação [da dívida] obrigo os meus bens presentes e futuros e deles a de mim voltar” (AGJSE. Comarca de Estância. *Assigação de dez dias*, n. 441, doc.06). O processo, apesar de não fornecer maiores informações sobre a garantia do devedor, chama a atenção também, além da promessa verbal, para a penhora de bens, como um meio de efetivar a obrigação.

As *letras* eram outra forma de escrituração do acordo creditício efetuado. Todas registravam o nome do credor, o valor devido, o motivo da dívida, o prazo de pagamento, o prêmio estipulado, a data de contração e a assinatura do devedor. Boa parte delas foram escritas em pedaços de papéis de tamanhos variados, a mão, e apesar de seguir uma fórmula base, com as informações já apontadas, havia espaço para destacar algumas particularidades do acordo entre o credor e o devedor.

Gastos médicos, religiosos, funerários e jurídicos, bem como pagamento de heranças, impostos e alforrias foram agrupadas na categoria “despesas”. As 48 ocorrências registradas corresponderam a 4,73% das dívidas com discriminação de procedência. E, por fim, a categoria

outros, com 33 registros (3,25%) reuniu pagamento de trabalhadores, fretes e despesas despendidas pelo aluguel de bens de raiz, escravizados e equipamentos.

Esse conjunto de dívidas ativas e passivas foi movimentado por uma pluralidade de agentes: donos de lojas, prestadores de serviços, homens de negócio, membros de instituições administrativas, instituições religiosas, padres, senhores de engenho, lavradores dos mais variados tipos, indígenas e escravizados. Sujeitos de variadas atividades profissionais e diferentes perfis patrimoniais, arranjos familiares e grupos de sociabilidade. Entretanto, um aspecto ligava todos eles, a necessidade de insumos básicos e a recorrência aos comerciantes locais para seu suprimento. Os comerciantes de vários estratos formavam o grupo que mais participava das operações de crédito, especialmente as que envolviam um conjunto diversificado de vendas fiadas.

Sheila de Castro Faria (1998), estudando o norte fluminense, observou uma grande diversidade de atividades comerciais que classificou em três grupos – pequenos comerciantes, negociantes de fazendas e usurários. O pequeno comércio era constituído por inventariados de pequenas fortunas que vendiam mercadorias de baixo custo, a prazo, e eram devedores de outros comerciantes da região. O segundo grupo, os negociantes de fazendas e pequenos usurários, tratava-se de sujeitos que compravam mercadorias em atacado para vender a retalho, suas atividades além de atingirem o mercado local, alcançavam áreas adjacentes. Por fim, o terceiro grupo era composto por indivíduos mais afortunados denominados de Financistas ou Usurários, caracterizados pela ausência de estoque de loja inventariado e relações creditícias com as melhores famílias locais. Alexandra Maria Pereira (2010), observando as casas comerciais mineiras, chegou a conclusões semelhantes. Para a autora, a distinção comercial não é pautada pela especialização dos artigos, mas pela capacidade de investimentos e a posição central ocupada pela casa comercial. As reflexões das autoras são extremamente válidas por permitir que relacionemos tipos comerciais com a riqueza inventariada e com a ligação do espaço econômico (Tabela 4).

**Tabela 4** – Distribuição do número de dívidas ativas e passivas inventariadas por faixa de valor

Faixas de Patrimônio	Dívidas Ativas			Dívidas Passivas		
	n.º	%	V.M.	n.º	%	V.M.
muito pequenos (até 200 mil reis)	72	2,48	12\$854	29	4,04	20\$601
pequenos (de 200 mil a 1 conto de reis)	272	9,35	19\$735	234	32,59	19\$871
médios baixos (de 1 a 2 contos de reis)	342	11,76	23\$532	160	22,28	54\$534
médios (de 2 a 10 contos de reis)	1438	49,45	50\$512	204	28,41	111\$782
médios altos (de 10 a 50 contos de reis)	126	4,33	342\$903	91	12,67	297\$725
grandes (de 50 a 200 contos de reis)	658	22,63	83\$498			
Total	2908	100,00	63\$493	718	100,00	89\$478

**Fonte:** AGJSE. *Inventários Post-Mortem* (1800-1849).

**Legenda:** V.M = Valor Médio.

As dívidas ativas arroladas nos inventários de patrimônios muito pequenos e pequenos possuíam como característica em comum devedores que residiam em localidades próximas, já que poucas vezes se mencionava seu local de moradia. A listagem de somente o primeiro nome do devedor também indiciava a trivialidade do negócio que envolvia parentes, conhecidos e vizinhos. Esse grupo de patrimônio era responsável por 11,83% das dívidas ativas registradas e 36,63% das dívidas passivas.

Por meio dos registros de dívidas do inventário de Francisca Maria de São José podemos observar a administração do seu pequeno negócio de fazendas secas. As duas dívidas passivas contraídas com os negociantes Manoel Joaquim da Silva Portela e José Teixeira da Silva Teles demonstravam como a pequena comerciante dispunha de recursos e mercadorias para tocar o seu negócio. Nas mãos de Portela, Francisca Maria contraiu um empréstimo em dinheiro no valor de 112\$000 e com Silva Teles adquiriu uma quantidade de fazendas secas valorada em 204\$900. As doze dívidas ativas registradas revelaram parte dos

seus fregueses. A maior transação seria de 10\$440 com João Domingos da Costa - mestre de meninos -, único devedor listado com algum designativo. Os demais registros nos informam do seu relacionamento comercial com “Marta”, “Maria (viúva)”, “a mulher do defunto Cardoso”, “Benta” etc., denominações que marcavam a personalidade dessas transações (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Francisca Maria de São José*, 1819, n. 491, doc. 14).

As dívidas inventariadas de Januário José da Silva revelaram outra estratégia dos pequenos comerciantes: a compra da produção local. Januário compraria o canavial do Engenho Santo Antônio em três transações: as duas primeiras realizadas pelos escravizados Dionísio e Antônio por 1\$800 e 2\$640, respectivamente, e a última pelo senhor do dito engenho, senhor Antônio Rodrigues por 88\$000. Além de demonstrar o acesso a roças para alguns cativos, o exemplo também revelou uma provável produção artesanal de cachaça que não seria o único item comercializado. Januário José da Silva também vendia gêneros alimentícios como ilustram as suas onze dívidas ativas de valores pequenos que giravam em torno de 1\$200 a 8\$800. Entre seus devedores estavam João, o carreiro de um engenho; Ana, filha do senhor João; Guilherme, filho de Simião Correia; o próprio Simião Correia; Geralda, mulher do senhor Caetano, registros que demonstraram o grau de proximidade com seus fregueses (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Januário José Silva*, 1816, n. 490, doc. 06).

O caso do lavrador de canas Marcelino Dias dos Santos também mereceu ser listado. Entre suas dívidas, há a compra de uma roda ao negociante Vicente José da Silva Portela por 2\$240. No final da vida, sua inventariante listou o valor de sua mortalha, que foi comprada com seu dinheiro, no valor de 1\$280, e outra dívida de 3\$440 com Antônio José Rodrigues, sem motivação discriminada (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Marcelino Dias dos Santos*, 1821, n. 492, doc.10). O lavrador de alimentos Francisco Rodrigues da Silva possuía dívidas semelhantes. Devia a Ana Francisca da Silveira 6\$690, por compra dois alqueires de farinha, além de ter contraído outra dívida por crédito no valor de 33\$680 com Vitório Correia de Castro e uma outra com Manoel Ferreira da Silva no valor de 1\$300, além de ser devedor de 19\$580 a Irmandade do Santíssimo Sacramento (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Francisco Rodrigues da Silva*, 1816, n.490, doc. 08).

As faixas intermediárias chamaram atenção pela concentração de dívidas, sejam ativas (61,21%) ou passivas (50,59%). Uma fatia considerável dos inventariados desta porção possuía indicativos de distinção que antecederiam seus nomes: patentes militares- sargento mor, capitão, tenente e alferes -, vinculação a instituições religiosas – padres –, e a designação de “dona”. Além dessa característica, destaca-se como o grupo mais diversificada, abarcando senhores de engenho, médios comerciantes, abastados lavradores e criadores que exerciam, por vezes, mais de uma atividade simultaneamente. Uma outra característica que se sobressai é o raio de abrangência dessas relações. São arrolados credores baianos, bem como devedores de outras localidades, a exemplo de Itapicuru, Itaparica, Abadia, Jeremoabo, todas situadas na Bahia, e Itabaiana, Campos, Lagarto, Laranjeiras e São Cristóvão, em Sergipe. Assim, o raio relacional dos agentes era maior, puxado pelos comerciantes de retalho de médio e grande porte.

Os credores de Antônia Maria da Trindade foram bons exemplos. Suas únicas duas dívidas passivas revelaram como ela adquiriu parte do capital para seu negócio. Antônia Maria comprou mercadorias com José de Souza Leite, comerciante baiano, no valor de 200\$000 e constituiu uma obrigação com José Martins Guimarães, comerciante estanciano, no valor de 602\$590. Suas 144 dívidas ativas revelaram, além de um promissor comércio de fazendas secas vendidos a sujeitos com moradias estabelecidas na povoação de Estância e na direção do caminho das rotas terrestres que cortavam o seu Termo, a prática da concessão de crédito a juros. Oito registros apontavam para a concessão de empréstimos em que juros corriam desde o momento da sua contratação (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Antônia Maria da Trindade*, 1820, n. 492, doc. 02).

As dívidas do senhor de engenho José de Andrade Freire também foram interessantes. Com o comerciante baiano Antônio José Pereira Arouca teve duas dívidas passivas listadas, uma no valor de 400\$000, referentes à compra de três escravizados, e uma outra, sem motivação listada, no valor de 282\$704. Comprou fazendas a Francisco José Pinheiro, comerciante estanciano, no valor de 106\$990, além de ser devedor a duas outras pessoas que não tiveram motivação listada. Mas José de Andrade Freire não ocupava só a posição de devedor, ele também era credor de quatro sujeitos. A Ana Josefa da Silveira vendeu uma porção de terras por 200\$000, além de uma espingarda a Francisco Alvares da Silva por 3\$200, Francisco Alvares da Silva devia-lhe a quantia de 42\$800 que deveria ser pago diretamente a Arouca, credor principal de José de Andrade Freire; e por fim, Manoel Vieira Silva devia-lhe 50\$000, sem motivação listada (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de José de Andrade Freire*, 1812, n. 487, doc. 09).

Os maiores patrimônios, com montantes superiores a 10:000\$000, foram responsáveis por 26,96% das dívidas ativas e 12,67% das passivas. Homens de negócio e senhores de engenhos participavam desse grupo. Nota-se que o valor médio das dívidas acompanhou em tendência crescente às faixas de patrimônio: das 36 dívidas ativas acima de 1:000\$000, 24 se situam nessa faixa de riqueza. Esse grupo também reuniu os maiores prestamistas, quando observados em relação ao montante total das dívidas a receber.

O Coronel Antônio Luís Azevedo era o primeiro credor em valor (28:023\$025) e o segundo em número de dívidas (211). Três indivíduos foram os seus maiores devedores: o seu irmão, o Reverendo Vigário Antônio Luís de Azevedo, com cinco transações avaliadas em 3:901\$593, José Barbosa da França, com quatro dívidas no valor de 3:300\$000, e o comerciante José Antônio do Socorro Jucá, com dois registros de 2:072\$740. Juntos, representaram 33,12% do crédito fornecido pelo Coronel. Além de uma série de homens de altas patentes, valores módicos também foram emprestados a escravizados e homens e mulheres listados apenas com um único nome. Sua fortuna de mais de 63 contos, era composta por 44,06% de dívidas ativas, 25,52% de escravizados, 13,94% por dinheiro, 11,55% por propriedades rurais e urbanas e o restante (4,93%) provenientes de outros investimentos. O nosso maior credor comercializava produtos em sua loja e tinha na atividade usurária sua maior atuação (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Antônio Luís Azevedo*, 1846, n. 520,

doc. 03).

Composição parecida da riqueza percebeu-se no inventário do Capitão Mor Vicente José da Silva Portela, terceiro maior credor em valor (11:940\$934), com 29 dívidas arroladas. Sua fortuna de mais de 16 contos, pôde ser fracionada da seguinte forma: 71,39% em dívidas ativas, 12,54% em bens de raiz, 10,81% em rebanho, e o restante em bens móveis e equipamentos. Em mãos de 4 devedores ilustres – Capitão Mor David de Oliveira, Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo, dois devedores externos e a Junta da Fazenda Pública – 64,10% do seu recurso estava empregado (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Vicente José da Silva Portela*, 1825, n. 495, doc. 02).

A ausência de dívidas passivas nos inventários desse conjunto de grandes emprestadores mereceu ser destacada. Em lugar das dívidas passivas, observamos dívidas ativas com sujeitos de Salvador. O Capitão Mor Vicente José da Silva Portela, por exemplo, teria uma dívida ativa de 2:014\$789 com José Antônio Ribeiro de Oliveira, comerciante da cidade da Bahia, e uma outra, de 1:637\$493, com José Alvares da Cruz, comerciante da Cidade do Rio de Janeiro. No inventário do Coronel Antônio Luís Azevedo, foi arrolada uma dívida ativa com Joaquim Vidal de Oliva e Companhia no valor de 319\$939. A ausência de valores a pagar, na verdade, apontou para uma outra estratégia. Para esses sujeitos, era preferível ter um crédito positivo na praça, garantindo a possibilidade de manejar o recurso de forma estratégica e garantir proveitosos rendimentos. Para isso, o controle dos setores chaves da economia estanciana – com boa parte dos armazéns e embarcações inventariadas – e uma boa rede de relacionamentos era peça fundamental. Nossos sujeitos, além de intermediadores do espaço econômico por meio das suas relações comerciais, eram senhores de engenhos e/ou militares, direta ou indiretamente, por meio das alianças matrimoniais com membros da elite estanciana.

A lista das dívidas inventariadas ainda permitiu observar as principais localidades com quem os estancianos se relacionavam. É importante mencionar que só utilizamos, para compor os dados da Tabela 5, os registros que tiveram o local de moradia do seu credor e devedor mencionados. Outros foram recuperados por meio do cruzamento com as informações coletadas nas ações de cobrança judiciais. Dessa forma, apesar de dispomos da localização geográfica de uma parte diminuta das transações, 19,74% para as dívidas ativas e 19,08% para passivas, acreditamos que as dívidas que não fizeram referência ao local de moradia foram manejadas por sujeitos que residiam em Estância e em seus entornos, que poderiam compreender de uma forma mais alargada Lagarto, São Cristóvão e o sertão da Bahia, notadamente Abadia, Itapicuru e Jeremoabo. Os dados, quando observados em relação à sua representação no valor total dos créditos e débitos, apontaram para a construção de dados significativos, capazes de dimensionar as práticas creditícias estancianas.

Tabela 5 – Distribuição do número de dívidas inventariadas por localidade e valor total percentual

Província	Localidade	Dívidas Ativas		Dívidas Passivas	
		Freq.	V.T. (%)	Freq.	V.T. (%)
BA	Cidade da Bahia	10	6,99	37	12,76
	Sertão da Bahia	16	0,42	-	-
	São Cristóvão	3	0,11	5	0,13
	Estância	527	51,36	150	7,85
	Itabaiana	-	-	1	0,04
	Própria	1	0,00	-	-
	Cotinguiba	6	0,21	-	-
	Lagarto	5	0,17	2	0,09
PE		3	0,16	-	-
AL	Penedo	-	-	1	0,10
RJ	Rio de Janeiro	3	2,11%	-	-
<b>Total</b>		<b>574</b>	<b>61,55%</b>	<b>137</b>	<b>50,97%</b>
Sem Localização		2.334	38,45%	581	49,03%

**Fonte:** Inventários *Post-Mortem* (1800-1849).

**Legenda:** Freq. = Frequência (número de dívidas inventariadas); V.T. = Valor Total (da dívida inventariada em %).

Observando as dívidas ativas, notamos que boa parte delas foram manejadas por indivíduos que residiam na própria Estância Histórica. Esse dado indicia que os próprios credores estancianos conseguiam suprir boa parte das demandas cotidianas dos indivíduos que moravam nas redondezas de onde tocavam os seus negócios. Constituiriam, eles próprios, os principais financiadores da economia de abastecimento estanciana. Em relação as dívidas passivas, notamos a importância dos próprios estancianos, mas também de um conjunto de negociantes da Cidade de Salvador. Vale lembrar que nas dívidas ativas e passivas apenas os inventariados classificados enquanto detentores das fortunas médias e grandes possuíam

algum tipo de relação comercial fora da província. Essas informações nos levam a investigar o perfil dos credores de Salvador, na medida em que ajudarão a entender melhor os próprios comerciantes de Estância, sobretudo, a definir o seu espaço de atuação.

## Os negociantes de Salvador e os negociantes de Estância

Nos inventários dos estancianos encontramos relações econômicas com vinte e um comerciantes baianos. Mapeados em um estudo mais amplo (Santos, 2022), elegemos dois deles – Antônio José da Silva Arouca e Antônio da Silva Paranhos – como casos exemplares para compreender o espaço de atuação desses sujeitos. Por outro lado, dentre os nossos inventariados decompostos por faixas de riqueza, elegemos dois negociantes estancianos – Manoel Ferreira da Silva Vieira e Antônia Maria da Trindade.<sup>2</sup> Uma comparação entre esses sujeitos de praças comerciais distintas nos ajudarão a definir o seu espaço de atuação e a sua forma de enriquecimento.

### a) Patrimônio e ramos de atuação dos negociantes de Salvador

*Antônio José da Silva Arouca*

Antônio José da Silva Arouca, de acordo com os nossos registros, foi um dos comerciantes baianos mais atuantes na praça de Estância. O registro da transação realizada com José de Andrade Freire revelou que Arouca um dos responsáveis pelo comércio interprovincial de escravizados (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de José de Andrade Freire*, 1812, n. 487, doc. 09).

Por ocasião da morte da mulher de Arouca, Dona Joaquina de Souza Ribeiro, ocorrida em meados de 1805, e da elaboração inventário, Arouca pediu uma extensão de três anos para pagamento das dívidas “por ser grande as transações comerciais que tem tanto na praça da cidade da Bahia, quanto no Porto, como em todos os sertões e minas do vasto continente”. Neste mesmo documento, Arouca foi intitulado de negociante de grosso trato pelo Juiz de Órfãos Lúcio José de Oliveira.<sup>3</sup>

No testamento de Arouca, sabemos que o inventário da sua mulher nunca foi finalizado

---

2 O critério utilizado na escolha dos comerciantes baianos levou em consideração o volume documental encontrado e a qualidade das informações perquiridas. Para seleção dos comerciantes estancianos nos valem da listagem dos maiores prestamistas estancianos disponível em Santos (2022, p. 126 e 127).

3 *Requerimento de Antônio José Pereira Arouca, negociante da Praça da Bahia, no qual pede prorrogação de prazo para ultimar o inventário a que procedera por óbito de sua mulher D. Joaquina de Sousa Ribeiro. Bahia, 28 set. 1805. AHU, Projeto Resgate, Bahia (Eduardo de Castro Almeida), cx. 139, doc. 27722.*

devido “ao grande barulho por causa do atrasamento (*sic*) em que eu me considerava, obrigado a muitas somas na Cidade de Lisboa e Porto”, não podendo verdadeiramente fazer a partilha dos bens. Logo, de acordo com suas próprias palavras, “o que tinha foi conservado por mim e agora, com minha morte, se procederá um só inventário e se procederá uma só partilha”. No mesmo documento, é informado que Arouca era natural da Vila de mesmo nome, em Portugal. Chegou ao Brasil, aos 28 anos, solteiro e sem filhos naturais, dirigindo-se para o Arraial de Nossa Senhora do Pilar, Comarca de Goiazes. Lá, começou a tratar de negócios, casando-se com Joaquina de Souza Ribeiro, filha de José Ribeiro Filgueiras, importante negociante da localidade, migrando depois, com sua esposa, para a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, na Cidade de Salvador, onde tiveram sete filhos e moraram até o final da vida (APEB. Tribunal da Relação da Bahia. *Inventário de Antônio José Arouca*, 1825, Est. 04, cx. 1717, mç. 2187, doc. 02).

Arouca é mencionado, em duas ocasiões, na lista das vinte maiores faturas alfandegárias pagas em Salvador por negociantes. Em 1798, ocupava a 12ª posição com a quantia de 2:000\$000 e, em 1815, é mencionado na 18ª posição com o valor de 2:100\$000. Na interpretação de Catherine Lugar (1980), o fato de ser apontado na listagem é um forte indício da importância de seu papel nas atividades de importação e exportação a partir do porto de Salvador. Esse indício é confirmado por meio do seu patrimônio e dimensão de seus negócios observado no balancete das dívidas inventariadas.

A soma dos ativos informados em seu inventário apontou para uma fortuna de um pouco mais de 59 contos de réis. Kátia Matoso (1992), compulsando 395 inventários abertos em Salvador na primeira metade do século XIX, listou apenas dezoito indivíduos (4,5% dos inventariados) com fortunas superiores a 50 contos de réis. Este grupo era responsável por 46,7% do patrimônio acumulado do período, dado que ajuda a dimensionar a fortuna inventariada de Antônio José da Silva Arouca. Seus bens eram compostos 57,13% por dívidas ativas, 36,61% por bens de raiz, 4,36% em escravizados e outros 1,9% diluídos em rebanho, equipamentos e estoque de loja, características de um patrimônio formado por meio da sua principal atividade, o comércio.

Analisando pormenorizadamente seus principais ativos, observamos que no conjunto das 48 dívidas ativas arroladas, havia referências a várias localidades, em ordem decrescente do número de menções, da Bahia (Cidade da Bahia, Santarém, Cairú, Rio das Contas, Abadia e Caetité), Sergipe (Cotinguiba, Estância e Itabaianinha), Alagoas (Porto Calvo) e Minas (Minas Nova). Os 9 bens de raiz e os 17 escravizados listados estavam distribuídos na Cidade da Bahia e nas Vilas de Jaguaripe e Ilhéus. No estoque de loja apresentado foi arrolado um conjunto de joias de ouro, prata, diamante e pedras, avaliados em 326\$745. Ainda, seriam arroladas um conjunto de 82 dívidas passivas que comprometiam 41,78% de seu patrimônio.

Nota-se, nas dívidas passivas, quantias significativas tomadas de empréstimos da Thesouraria da Bulla da Santa Cruzada, Fazenda Nacional e o Banco Nacional da Província da Bahia, além de uma série de outros indivíduos que supomos ser da província da Bahia, pela

ausência de referências geográficas.<sup>4</sup> Se, em 1825, Arouca continuava envolvido no comércio atlântico, fez questão de saldar tais dívidas antes de seu falecimento. Entretanto, sua trajetória e, especialmente, os indícios coletados em seu inventário, apontou que a sua fortuna foi constituída por meio da triangulação entre o Atlântico, as regiões produtoras de ouro e as regiões de produção agrária, por meio da comercialização de escravizados, joias e outros produtos: ou seja, é um exemplo de um negociante que era um ponto de interação entre dois tipos de redes.

#### *Antônio da Silva Paranhos*

Antônio da Silva Paranhos foi outro comerciante de Salvador que mantinha relações comerciais com os estancianos. Seu testamento permitiu dizer que era natural de Portugal, da Cidade do Porto, migrando com seu irmão, Joaquim da Silva Paranhos para o Brasil, e iniciando com ele, na Cidade da Bahia, uma sociedade comercial que funcionou por mais de vinte anos, negociando “conjuntamente e na melhor harmonia, trabalhando conjuntamente para a construção do espólio existente”, de acordo com a justificativa do autor para deixar metade de todos os seus bens para o irmão – desde que sua mãe, que residia em Portugal e constituía-se enquanto herdeira, por ser solteiro e não ter filhos naturais, concordasse (APEB. Tribunal da Relação da Bahia. *Inventário de Antônio da Silva Paranhos*, 1825, Est. 01, cx. 116, mç. 141, doc. 01).

Sua fortuna, avaliada em 11:522\$529, era composta 77,24% de bens de raiz, 22,52% de estoque de loja e 0,24% de bens móveis. Analisando mais detidamente os principais ativos, observamos que as quatro propriedades listadas eram a base da fortuna de Paranhos, não só pelo valor que compreendiam no espólio, mas por serem fracionadas para residirem lojas de aluguel e as próprias tendas dos irmãos. Suas lojas, situadas na ladeira de Santa Anna e na rua do Maciel, comercializavam um conjunto de secos e molhados, avaliados em 2:594\$529. A ausência de dívidas ativas, chama atenção, provavelmente, foram omitidas no arrolamento. As três dívidas passivas comprometeram 11,61% dos ativos de Paranhos, devendo ao Doutor José Francisco da Silva Lima, a quantia de 108\$000 pela assistência médica prestada no final da vida, a Silva Moreno & Companhia, no valor de 393\$250, a quem provavelmente comprava parte das fazendas comercializadas e 837\$250 a Henrique de Oliveira Abreu com quem tinha uma conta corrente. Abreu lhe enviava farinha e era pago com dinheiro, restando da comercialização feita em 1867, o valor descrito em seu favor. Tratava-se de um comerciante varejista que atuava na distribuição dos gêneros atlânticos e agrários na praça de Salvador.

4 A hipótese foi construída levando em consideração que os registros relativos à sujeitos de localidades mais longínquas eram sempre os mais bem descritos. Nestes, via de regra, o devedor ou credor era identificado pelo nome completo ou firma, acompanhado de sua praça de atuação ou local de moradia.

## b) Patrimônio e ramos de atuação dos negociantes de Estância

### *Manoel Ferreira da Silva Vieira*

O negociante Manoel Ferreira da Silva Vieira possuía na praça da cidade de Estância uma atuação expressiva na primeira metade do século XIX. Nada sabemos a respeito de sua naturalidade ou filiação, mas seu consórcio com Dona Celina Barbosa de Sam Calisto foi de suma importância para a solidificação dos seus negócios. Celina era filha do Ajudante Manoel Barbosa de Sam Calisto, um dos grandes afortunados de Estância na primeira metade do século XIX (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Manoel Barbosa de Sam Calisto*, 1847, n. 523, doc. 08). O negociante Silva Vieira, junto ao seu sogro Sam Calisto, seria possuidor de uma sociedade comercial que girava em torno de uma loja de fazendas, um armazém no porto dos barcos da Cidade de Estância e um conjunto diversificado de dívidas (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Manoel Ferreira da Silva Vieira*, 1847, n. 523, doc. 01).

Seu patrimônio era composto por 40,57% de dívidas ativas, 26,93% de sociedades, 13,30% de bens de raiz, 9,60% de estoque, 7,95% de escravizados, 1,66% em dinheiro e o já referido armazém. Fernanda Carolina Pereira dos Santos (2022), analisando 419 inventários abertos da Comarca de Estância entre 1800 a 1849, observou que apenas quatro indivíduos (0,95%) eram possuidores de uma fortuna superior a 50 contos de reis. O negociante Silva Vieira, com espólio avaliado em um pouco mais de 61 contos de reis, juntamente com seu sogro e sócio Sam Calisto, com fortuna avaliada em 57 contos de reis, participavam desse seleto grupo em que a endogamia era peça fundamental.

Entre seus ativos foram listados quinze escravizados, três engenhos de açúcar e quatro moradas de casas situadas na rua do caminho do rio, onde possuía a loja de fazendas. Também foi observada a presença de 445 dívidas ativas, característica que o classificou como o maior credor em número de dívidas inventariadas em Estância (ver Tabela 1). A escrituração das dívidas ativas de Vieira demonstrou uma prática creditícia proveniente da comercialização de fazendas secas e molhadas a sujeitos de vários estratos sociais de Estância e seu entorno, com uma média de valor que girava em torno dos 60\$000 reis. Seis registros destoam desse padrão, apresentando valores superior a um conto de reis fruto de sua atuação como prestamista; esta, diferentemente das compras fiadas, ocorreu apenas a estancianos abastados.

A localização da sua loja, na rua que levava para o porto continental de Estância e o raio de abrangência das suas dívidas indicam que Vieira atuava na comercialização dos gêneros atlânticos e agrários na praça de Estância.

### *Antônia Maria da Trindade*

O inventário de Antônia Maria da Trindade é representativo do ramo de negócios desempenhado na praça da Cidade de Estância. Antônia era casada com José Barboza da Costa, dos quais não temos quase nenhuma informação biográfica. O espólio do casal

observado no inventário de Antônia aponta claramente para uma fortuna construída por meio da atuação comercial. Seu patrimônio avaliado em 2:373\$641 reis era composto 60,67% por dívidas ativas, 29,07% por escravizados, 8,02% por um conjunto de bens móveis e 2,23% investidos em três cavalos (AGJSE. Comarca de Estância. *Inventário de Antônia Maria da Trindade*, 1820, n. 492, doc. 02). De acordo com um estudo mais amplo sobre as fortunas inventariadas em Estância entre 1800 a 1824, 35 (21%) dos 167 inventariados possuíam fortuna superior a dois contos de reis. Esses indivíduos eram responsáveis por concentrar 74,1% do total da riqueza apurado (Cf. Santos, 2022).

No espólio de Antônia chama atenção a importância expressiva do montante das dívidas ativas que totalizavam a quantia de 1:440\$201, distribuída em 144 inscrições. Destas, 135 eram provenientes da venda de fazendas secas com valores que variam entre 6\$000 a 50\$000. O raio de abrangência dos devedores listados residentes na porção sul de Sergipe, com menções a povoações, sítios e fazendas localizados atualmente em Estância, Santa Luzia, Indiaroba, Boquim, Lagarto, Riachão Salgado e Tobias Barreto. O alcance dessas transações também ia em direção a logradouros baianos fronteiriços, localizados atualmente em Rio Real, Araci e Itapicuru. Além da comercialização de produtos, foram listadas nove inscrições proveniente de pequenos empréstimos realizados com valores que variavam entre 20\$000 a 120\$000 réis. Antônia, além de um promissor comércio de fazendas secas vendidos a sujeitos com moradias estabelecidas na povoação de Estância e na direção do caminho das rotas terrestres que cortavam o seu Termo, também era prestamista.

As duas dívidas passivas listadas em seu inventário – no valor de 802\$590, quantia que comprometia 33% do conjunto total dos seus bens – revelaram como Antônia Maria adquiriu parte do capital para tocar seu negócio. Antônia comprou mercadorias com José de Souza Leite, negociante baiano, no valor de 200\$000 e constituiu uma obrigação com José Martins Guimarães, comerciante estanciano, no valor de 602\$590, provavelmente proveniente de um empréstimo em dinheiro realizado.

## Os ramos conectados dos negócios

O perfil dos negociantes encontrados como credores nos inventários sergipanos, quando comparados com o perfil dos negociantes estancianos, apontou para a formação de dois campos de atuação bem demarcados: um atlântico e um regional, que garantiram a negociantes de Salvador e de Estância a possibilidade de construir alargadas fortunas. Essa organização comercial possuía duas ramificações conectadas: uma atlântica, gerida pelos comerciantes de Salvador, sejam eles negociantes de grosso trato ou atacadistas, e uma continental, comandada pelos homens de negócio estancianos. Nesse caso, a divisão entre pequenos comerciantes voltados para negócios locais, pequenos e médios atacadistas/varejistas que trabalhavam na circulação dos produtos pelo interior e um grupo mais restrito, o negociante de grosso trato se torna ainda mais complexo.

Essa hierarquia, inserida na linha interpretativa dos portos marítimos e continentais, já apontada, é ainda matizada ou subdividida por dois diferentes, embora conectados, espaços de atuação: um espaço atlântico, tocado pelos negociantes de grosso trato, com ligações com o mercado externo, que era puxado na Cidade de Salvador por seus negociantes retalhistas, e um espaço regional, tocado pelos negociantes estancianos.

Os dados encontrados corroboram com as pesquisas de Raphael Freitas dos Santos (2013) e Gabriel Silva de Jesus (2019). Ambos, apontaram para a complexidade do comércio em Salvador entre 1750 e 1808, abrangendo uma área extensa que compreendia as regiões da Capitania Baiana – o recôncavo, os sertões, as Minas e as capitanias anexas, do qual, no período, Sergipe fazia parte. De acordo com os autores, os negociantes eram responsáveis por distribuir as mercadorias que circulavam nessa grande região, exportando as produções agrárias continentais e importando escravizados e produtos da Ásia portuguesa e dos portos africanos. Aos negociantes de grosso trato, cabia o papel de conexão entre o Atlântico e o continente, dominando os principais setores da economia e os cargos políticos da Cidade de Salvador. Já aos comerciantes varejistas, sua parcela de lucro era possibilitada pela comercialização, a portas abertas, dos gêneros locais e os exportados na praça de Salvador.

Aos negociantes estancianos cabiam a intermediação das praças comerciais e a distribuição dos produtos no interior de Sergipe e da Bahia, conforme verificado no balancete das dívidas ativas e passivas. Sua área de atuação apontou a centralidade da praça de Estância e sua importância para o abastecimento de todo o sul sergipano e localidades baianas limítrofes, como Itapicuru, Jeremoabo, Rio Real e Araci. Nota-se para o desempenho da sua função a importância do controle de embarcações e trapiches no porto, bem como de armazéns em suas proximidades.

## Referências

### Fontes Manuscritas

*Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE)*

AGJSE. Comarca de Estância. *Ação de Crédito*, n. 640, pacote II, doc. 06; *Inventários Post-Mortem*. Cx. 482-537; *Assignação de Dez Dias*, n. 441, doc. 06; doc. 07; doc. 12.

*Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)*

APEB. Tribunal da Relação da Bahia. *Inventário de Antônio José Arouca*, 1825, Est. 04, cx. 1717, mç. 2187, doc. 02; *Inventário de Antônio da Silva Paranhos*, 1825, Est. 01, cx. 116, mç. 141, doc. 01.

## Bibliografia

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, sécs. XIX/XX*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Uma discussão metodológica sobre o crédito no século XIX. *Passagens*, v. 3, n. 3, 2011.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El Sistema de la economia colonial: Mercado Interno, regiones y espacio economico*. Lima: IEP, 1982.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Português & Latino [...] Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712*. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/browse?type=author&value=Bluteau%2C+Rafael%2C+1638-1734>. Acesso em: jan. 2022.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e microanálise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n.28, p. 57-72, 2008.

GIL, Tiago Luís. Redes e camadas de relacionamentos na economia: metodologias para o estudo da confiança mercantil na América Portuguesa do Antigo Regime. *Revista das Índias*, v. LXXV, n. 264, p. 421-456, 2015.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel; CHAVES, Cláudia Maria das Graças Chaves. Negociante. (Verbetes). In: LOPES, José Reinaldo de Lima; SLEMIAN, Andréa; AIDAR, Bruno (Orgs.). *Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2020.

JESUS, Gabriel Silva de. *"Tanto negócio e tanto negociantes": A Cidade de Salvador, uma cidade comercial (1750 – 1808)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, Siméia de Nazaré. *As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790-c.*

1830). 2013. Tese (Doutorado em História social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LUGAR, Catherine. *The Merchant Community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. New York: State University of New York at Stony Brook, 1980.

MALAQUIAS, C. de O.; VIEIRA, ÉDEN F. S.; PEREIRA, A. C. Açúcar, farinha e escravidão: o Atlântico e a História Agrária de Sergipe Del Rei na ascensão da lavoura canaveira. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 12, n. 23, p. 13-42, 31 dez. 2018.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c. 1790-c. 1844*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Universidade de São Paulo, 1998.

MATTOSO, Katia de Queiroz. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MICHELI, Marcos Volpini; DIAS, Thiago. *Portos Coloniais: Estudos de história portuária, comunidades marítimas e praças mercantis, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2020.

MOTT, Luís. *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização: São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

PEREIRA, Alexandra Maria. Lojas e vendas: um estudo sobre o circuito mercantil e o perfil socioeconômico dos agentes mercantis nas comarcas de Vila Rica e Serro Frio. In: CARRARA, Ângelo Alves. *Á vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2010.

PEREIRA, Magnus Roberto de M.; BORGES, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: Relações de crédito no Brasil Colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. *Revista de História*, v. 162, p. 105-129, 2010.

PRADO, Fabrício Pereira. *In the Shadows of empires: Trans-Imperial Networks and colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata (1790-1813)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Emory, 2009.

SANTOS, Anderson Pereira dos. *Os Afortunados do Ultramar: riqueza e distinção na Cidade de Sergipe del Rei (1750-1808)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. *“Poderosos capitalistas”: práticas creditícias, dinâmicas internas e relações sociais no sul sergipano (1800-1849)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. As relações comerciais entre Estância e Salvador: redes de abastecimento e a importância do crédito no século XIX. In: MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; ANTONIO, Edna Maria Matos (Orgs.). *Revisitando Sergipe Oitocentista: Fontes Históricas e novos temas de pesquisa*. Aracaju: SEDUC, 2022.

SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. Revisitando a questão da dependência econômica sergipana. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 17, p. 112-143, 2023.

SANTOS, Raphael Freitas. *Devo que pagarei: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas- 1713-1773*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SANTOS, Raphael Freitas dos. *Minas com Bahia: Mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2013.

SILVA, Sheyla Faria da. *Nas teias da Fortuna: Homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Elizabeth Santos de Souza. *O mercado de crédito na corte joanina: experiências das relações sociais de empréstimos (1808-1821)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2015.